PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO C-331 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

2ª ETAPA – PRIMEIRA PROVA ESCRITA - DISCURSIVA

INSTRUÇÕES

1 - A prova terá a duração de 5 horas.

2 - Esta prova contém 10 questões com o mesmo valor (1 ponto cada). Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 6 (seis) pontos.

3 - O candidato deverá utilizar caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente.

4 - O candidato, sob pena de eliminação, não poderá utilizar quaisquer equipamentos eletrônicos de comunicação, tais como: telefone celular, "smartphones", "pager", computador portátil, "palms", "tablets", "handhelds", máquina datilográfica dotada de memória, relógios que transmitam dados e similares.

5 - Será eliminado do Concurso o candidato:
a) que se retirar do recinto durante a realização da prova, sem a devida autorização;
b) que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores ou fiscais;
c) que for surpreendido comunicando-se com outros candidatos, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, ou ainda utilizando livros, notas ou impressos não permitidos.

6 - Poderá haver consulta à legislação de texto simples desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Não será admitida a consulta a exposição de motivos da legislação.

7 - Não esqueça de preencher e assinar somente o canhoto de identificação constante da capa da prova. Sob hipótese alguma assine sua prova.

8 - Será atribuída nota 0 (zero) à prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite sua identificação.

9 - Antes de escrever, leia com atenção cada questão da prova. O tempo é suficiente.

BOA PROVA!

21 de julho de 2013

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO C-331 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

2ª ETAPA – PRIMEIRA PROVA ESCRITA - DISCURSIVA

QUESTÃO 1

Antônio Conselheiro trabalha na Mineradora da Amazônia Ltda. desde 13/08/1981, desempenhando a função de técnico de laboratório, encarregado de fazer a classificação dos metais extraídos pela empresa, junto com o colega Francisco Silva, o qual ingressou na reclamada em 15/09/1982, na mesma função. Em 15/06/2013, Antônio foi surpreendido com sua dispensa em razão da redução do quadro de pessoal, fato que o deixou muito abalado, pois sempre trabalhou com muita dedicação, inclusive realizando serviços não elencados na sua função, sem receber qualquer pagamento extra. Ademais, recebia salário inferior ao de Francisco e, apesar da empresa possuir PCCS, a última promoção recebida ocorreu antes da Constituição de 1988. Por essas razões, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando equiparação salarial, desvio de função e acúmulo de função. Analise o caso à luz desses institutos.

QUESTÃO 2

A empregada Maria Silva ingressou na empresa Artesanatos Paraenses Ltda. em 14/05/2012 e pediu demissão em 07/06/2013, objetivando dedicar-se aos estudos para enfrentar o concurso do TRT da 8ª Região, cujo edital foi publicado em maio/2013. Ocorre que, no dia 29/06/2013, depois de um mal estar súbito, Maria Silva foi levada ao hospital e, após diversos exames, foi constatado que ela estava com 4 semanas de gravidez, fato este que ela desconhecia totalmente até então. Diante dessa situação, procurou um advogado que ajuizou reclamação trabalhista postulando reintegração ao emprego na empresa Artesanatos Paraenses Ltda. Analise como você decidiria essa questão na condição de juiz(a), inclusive quanto à possibilidade de exigência do teste de gravidez por ocasião do exame demissional.

QUESTÃO 3

O processo de Manoel Bandeira em face da empresa Distribuidora de Açaí Ltda. transitou em julgado em 03/02/2013. A execução foi imediatamente iniciada no Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Belém, que se utilizou de todos os mecanismos disponíveis para promover a penhora de bens da empresa e de seus dois sócios, sem obter êxito. Por essa razão, determinou a notificação do exequente para postular o que entendesse de direito. O advogado do trabalhador peticionou informando que, em maio de 2013, um dos sócios renunciou a uma herança que tinha para receber em processo de inventário que tramita perante a MM 50ª Vara Cível desta capital. Quais os fundamentos adequados para embasar a decisão do Juiz do Trabalho neste caso?

QUESTÃO 4

Para Carnelutti, o juiz "... *está em um minúsculo círculo de luzes, fora do qual tudo é escuridão: por trás do enigma do passado e à frente do enigma do futuro. Esse minúsculo círculo é a prova*". Todavia, para o velho brocardo que vem do Direito Romano e é adotado nos Judiciários de Estados democráticos, "q*uod non est in actis non est in mundo*", o que não está nos autos não está no mundo. "Mundo", nesse axioma jurídico, tem o sentido de verdade real. Não é verdade se não está nos autos. Esse velho axioma jurídico continua inalterado? O mundo jurídico se reduz aos autos? Quais as teorias modernas aplicáveis à prova?

QUESTÃO 5

Os termos adaptabilidade, diferenciação, tópica, hipossuficiência e flexibilização veiculam temas processuais? Justifique, minudentemente, sua resposta.

QUESTÃO 6

Sobre Poder Judiciário: (a) analise a natureza do Poder Judiciário, sua relação com o Poder do Estado e seu elemento teleológico; (b) confronte-o com os poderes administrativos – poder de polícia, inclusive do juiz e seu controle; (c) fale sobre dualidade do Poder Judiciário e a evolução do Poder Judiciário no Brasil, em especial sobre contencioso administrativo e Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 7

Discorra a respeito do crime definido no artigo 149 do Código Penal Brasileiro: reduzir alguém à condição análoga à de escravo, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal como crime contra a organização do trabalho, por exemplo, no RE 398.041-6, julgado em 30/11/2006, com a Relatoria do Ministro Joaquim Barbosa.
Trate, além dos aspectos julgados relevantes, e de forma fundamentada, de:

a) Caracterização do tipo penal, indicação e definição das hipóteses ou modos de execução; se é preciso a conjugação de mais de um modo de execução para a prática do ilícito penal; elemento(s) subjetivo(s) do delito; condições em que ocorre a consumação e possibilidade de tentativa; razões para o reconhecimento do crime ou bem(ns) jurídico(s) penal(is) tutelado(s) pela norma penal incriminadora prevista no artigo 149.

b) Relação entre o artigo 149 do Código Penal Brasileiro e as Convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho, indicando se há compatibilidade e/ou incompatibilidade entre a norma do CPB e as Convenções da OIT.

QUESTÃO 8

Discorra a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratando, além dos aspectos que forem julgados importantes, e de forma fundamentada, de:

a) Natureza da Declaração;

b) Dimensões ou gerações de direitos contidas na Declaração;

c) Relação entre dignidade da pessoa humana e os direitos enunciados na Declaração, discorrendo a respeito da concepção de dignidade que é mais adequada à forma como ela é tratada na Declaração;

d) Significado do respeito universal dos Direitos Humanos, indicando como discutem esse aspecto os adeptos das correntes universalista e relativista, bem como se é possível haver conciliação entre as duas concepções;

e) Proteção dada ao trabalho humano, indicando os aspectos protegidos, e se a proteção oferecida é suficiente.

QUESTÃO 9

Em 12/06/2013, o reclamante João da Silva, motorista de caminhão, ajuizou reclamação trabalhista em face da reclamada ABC Transportes pleiteando o pagamento de indenização por danos materiais, estéticos e morais decorrentes de acidente de trabalho. O reclamante alegou que sofreu acidente de trabalho em 15/05/1987, quando fraturou as pernas e os braços, tendo passado por diversas cirurgias. Em razão deste acidente, João da Silva gozou benefício por acidente de trabalho até 05/01/2005, quando a Previdência Social reconheceu sua invalidez concedendo-lhe a aposentadoria por invalidez. Em contestação, um dos pontos alegados pela reclamada, foi relativo à prejudicial de prescrição. Discorra sobre esse instituto tendo por base a situação hipotética.

QUESTÃO 10

Discorra sobre o trabalho do menor aprendiz e seus limites em face dos direitos fundamentais.